

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação da UFMG
Curso de Especialização Lato Sensu em Docência na
Educação Básica

Vanessa Cássia César

Reis e Rainhas Negras:
Um encontro com as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Belo Horizonte
2010

Vanessa Cássia César

Reis e Rainhas Negras:

Um encontro com as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em educação infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Isabel de Oliveira e Silva

Belo Horizonte

2010

Vanessa Cássia César

Reis e Rainhas Negras:

Um encontro com as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Educação infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Isabel de Oliveira e Silva

Aprovado em 11 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Dra. Isabel de Oliveira e Silva – Faculdade de Educação da UFMG

Examinadora Profa. Dra. Iza Rodrigues da Luz – Faculdade de Educação da UFMG

Agradeço primeiramente a Deus.
A minha família, em especial a Maria do Carmo e Vanilsa.
Ao Cristiano e a minha orientadora Isabel Silva.

RESUMO

Trazido a força e escravizado, o negro africano viu-se obrigado a trabalhar para produzir riqueza. Apesar do uso de sua força de trabalho, este não tem o reconhecimento da sua participação na construção física e cultural do nosso país.

Este trabalho tem como objetivo central proporcionar a criança pequena o contato com as relações étnico raciais ofertando a mesma o conhecimento de uma literatura que coloque o negro em um patamar de destaque. Reis e rainhas: o encontro com as crianças da escola Municipal Monteiro Lobato é a realização de um projeto que discute as questões raciais buscando uma afirmação da Identidade negra.

Palavras-chave: Identidade, criança, literatura e relações étnico raciais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3, CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA.....	17
4.O PLANO DE AÇÃO.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	34
5. ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

A minha decisão em ser docente concretizou-se no Ensino Médio, quando optei em cursar o Magistério na Escola Estadual Odilon Behrens, onde conclui o curso em 1998.

Como professora, minha primeira experiência realizou-se na Creche Comunitária Sossego da Mamãe. Situada a rua D, nº185, Jardim Vitória, em Belo Horizonte, no ano de 1999. Esta instituição naquela época e até a presente data é conveniada com a Prefeitura de Belo Horizonte. Trabalhei com crianças de 5 anos.

Nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 realizei a função de coordenadora pedagógica, tendo uma participação fundamental na discussão para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Em 2004 participei do concurso para Educador Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte. Com o conteúdo do Magistério e a experiência adquirida com a Educação Infantil através do trabalho na instituição, fui aprovada, começando a trabalhar na rede municipal em 2005.

Buscando uma maior aquisição de conhecimento comecei a minha graduação em 2005, no curso de Pedagogia, pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

Na faculdade me interessei pela discussão acerca das relações étnico raciais e como monografia de conclusão de curso, defendi o tema: “A formação da identidade das crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato”.

Durante a graduação as discussões acerca das relações etnicoraciais me permitiram a aquisição de novos saberes acerca da situação racial em nosso país. Destacando a importância da discussão deste tema na educação.

A pós-graduação em educação infantil, permitiu compreender que, por suas especificidades, é o momento preciso para ofertar as crianças o trabalho com as relações étnico raciais, aprendendo assim a respeitar as diferenças.

A história do negro no Brasil os remete a uma situação única de escravidão e de desigualdade. O negro não tem reconhecida a sua história de colaboração na construção física e cultural desse país.

O negro foi trazido à força, marginalizado, escravizado e transformado em estatística social. Foi libertado pela lei Áurea, mas após a “liberdade” não foram criadas estruturas que

garantissem a sua sobrevivência. Os negros assumiram a “liberdade”, mas não possuíam uma profissão. “Obrigados a vagabundagem, foram estigmatizados como incorrigíveis malandros, sub-homens perigosos para a moralidade pública”. (CHIAVENATO, 1999, p.117).

A partir de 1888, o negro, perante a lei, possuía a igualdade junto ao branco. Uma nova sociedade brasileira era estruturada. Toda a segregação e discriminação contra o negro foi velada, através da idéia de democracia racial.

A sociedade brasileira, ao longo de seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado Brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. (GOMES, 2005, p.56).

Apesar da existência de uma falsa democracia racial, das desigualdades e do não reconhecimento da contribuição do povo negro para o Brasil, observa-se que a população negra organiza-se buscando a reparação por parte da sociedade brasileira com relação à cultura e história da população negra no Brasil. Nesse cenário destaca-se o Movimento Negro

As ações em prol da reparação a favor da história e cultura afro no Brasil apresentam-se na sociedade brasileira através de instâncias variadas, tais como, ações sociais, políticas e educacionais.

Para a mudança do quadro de desrespeito e desvalorização da cultura negra, para o fim do racismo e da discriminação, eu acredito ser a educação o meio pelo qual se proporcionará as discussões que poderão contribuir para o fim desse quadro de exclusão.

A escola assumindo esse papel e os professores realizando uma prática antidiscriminatória, que não se cala frente ao racismo, desde as crianças pequenas estará trabalhando em prol da formação de cidadãos brasileiros que reconheçam as suas origens afro brasileiras e que se assumam ou que respeitem as diferenças.

Entende-se assim a educação infantil como uma etapa fundamental na aquisição de valores e de formação de identidade da criança. Sobre esse aspecto defende-se o trabalho com as crianças pequenas que valorize e coloque a cultura negra em destaque. È de suma

importância demonstrar as crianças que a condição de ser afro descendente não é condição de ser inferiorizado pelo seu tom de pele. Espera-se que a partir da educação infantil a criança possa crescer repudiando e não perpetuando o racismo. Defende-se assim uma trabalho pedagógico, baseado na literatura, que permita a criança perceber a existência de figuras negras de destaque na literatura brasileira contribuindo para que a criança negra se reconheça.

O trabalho pedagógico realizado a partir de uma orientação de educação antiracista tem como um dos objetivos, analisar e compreender a importância do trabalho com as relações étnico raciais a partir da lei 10.639 no cotidiano da educação infantil por meio do desenvolvimento de um plano de ação referente à turma de 5 anos da escola Municipal Monteiro Lobato; Oportunizar na escola a discussão sobre as relações étnico raciais; Compreender a escola como um espaço de formação e valorização da identidade negra; Contribuir para que a crianças negra tenha sua cultura exaltada contribuindo assim para a sua auto estima; Perceber através das histórias a existência de reis, rainhas negras e outros personagens negros em destaque,

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO GARANTIDO POR LEI

O atendimento educacional para a criança pequena no Brasil, ao longo do século XX estruturou-se de forma mais organizada a partir de um movimento mundial que discutia a criança e o seu lugar na sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos da criança, em 1959 (Unicef, 1959) reconhece a criança como sujeito de singularidades e propõe um atendimento educacional que respeite a infância.

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, 1959).

Em consonância com esse movimento mundial de valorização e reconhecimento da criança, no Brasil destaca-se a Constituição Federal (BRASIL 1988) que traz o seguinte texto no que se refere ao direito das crianças pequenas á educação:

Art.208. O dever do Estado com a educação está efetivado mediante a garantia de:

IV. O atendimento da criança se dá em creche e pré- escola para as crianças de 0 a seis anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 6069/90) é outro instrumento que garante e defende os direitos das crianças no Brasil. Segundo o ECA (BRASIL 1.990, capítulo IV , art 54) “ É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 93/94/96), em termos de regulamentação em seu texto incorpora, defende e regulamenta a educação infantil atendida em creche e pré - escola como a 1ª etapa da educação básica: No primeira redação, em 1996 a educação infantil era entendida no período até os seis anos.

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30º. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (MEC. 1996)

Com o PARECER CNE/CEB N°. 41/2006, as crianças que completam 6 anos no início do ano letivo podem ser matriculadas no ensino fundamental não fazendo mais parte da educação infantil.

Segundo LEITE; FILHO (2001, p.37) referindo-se à LDB,

O que esta lei postula sobre a educação infantil é resultado da mobilização da sociedade civil organizada que se articulou, desde o final dos anos 80, com o objetivo de assegurar para as crianças, na legislação brasileira, a partir de uma determinada concepção de criança e de educação infantil, uma educação de qualidade para a infância. As conseqüência deste movimento já haviam sido expressas tanto na Constituição (1988) como no ECA (1990) na política nacional de Educação Infantil (1994).

Em 1998 foi lançado pelo Ministério da Educação e do Desporto os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estes documentos foram estruturados em três volumes, onde abordam o atendimento da educação infantil sobre os aspectos da organização física, o profissional da educação infantil e por último estrutura os conteúdos para uma organização curricular para a educação infantil.

Em 17 de dezembro de 1998 é aprovado o parecer 022/98 que aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Este documento traz orientações sobre a organização e funcionamento das instituições de educação infantil.

Durante os primeiros anos do século XXI, as ações em prol da educação infantil constituíram de discussões a cerca da proposta político pedagógica, a formação dos profissionais da educação infantil e da elaboração de um currículo que atendessem a criança pequena.

Em termos de ordenamento legal destaca-se a Resolução CNE/CEB n°. 1/2009, que fixa pauta-se nesse pressuposto e define:

Art. 6º - São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores: a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Percebe-se um fortalecimento da educação infantil enquanto direito e garantida por lei. Traçando novos rumos em prol de um atendimento de qualidade.

2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE

O atendimento da educação infantil em Belo Horizonte estruturou-se inicialmente em poucas unidades de atendimento.

Segundo as Proposições Curriculares da Educação Infantil (2009):

O atendimento para a criança pequena entre 1957 até 2003, a Educação Infantil atendia, em jornada parcial, crianças de quatro até seis anos, em 13 escolas municipais de Educação Infantil (chamadas pólos) e em escolas municipais de Ensino Fundamental que possuíam turmas de Educação Infantil. O atendimento das crianças de zero até três anos era realizado apenas nas creches conveniadas.

O atendimento ofertado não era suficiente para a população, devido às mudanças sociais e econômicas. Nesse contexto, a partir de 1983, multiplica-se o atendimento da educação infantil, através das Creches Comunitárias, que possuíam convênio firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte através da área de assistência social.

A partir do final da década de 90 e início do ano 2000 a educação infantil em Belo Horizonte passa por profundas mudanças; Destaca-se a criação do Centro de Educação Infantil (CeI) que tinham como função a assessoria para as creches e escolas municipais que possuíam turmas de educação infantil.

Em 2001 foi criado o Grupo Gerencial da Educação Infantil que voltava as suas ações para a organização e ampliação do atendimento da criança pequena em BH

Em 2003 por meio da lei 8.679 de 11 de novembro de 2003 portaria é instituído o cargo de educador infantil e a criação das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI).

Segundo A Prefeitura de Belo Horizonte (DOM, 2003).

(...)Art. 1º - Ficam criadas as unidades municipais de educação infantil, com o objetivo de garantir pleno atendimento educacional às crianças de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses de idade, na forma dos arts. 29 e 62 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do § 1º do art. 157 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH. Art. 2º - A unidade municipal de educação infantil será vinculada a uma escola municipal. Parágrafo único - A direção da unidade municipal de educação infantil caberá à direção da escola municipal a que se

vincular a unidade. Art. 3º - Fica criado o cargo de Educador Infantil, que integra o Quadro Especial da Secretaria Municipal de Educação como classe de cargo de provimento efetivo do Plano de Carreira dos Servidores da Educação. Parágrafo único - A composição numérica e as atribuições do cargo de Educador Infantil são as constantes dos anexos I e II da Lei nº. 7.235, de 27 de dezembro de 1996, com as alterações promovidas por esta Lei (...).

Com essas últimas ações a educação infantil do município de Belo Horizonte expande o seu atendimento: Tendo em seu quadro a rede própria – escolas municipais com turmas de educação infantil e as Unidades Municipal de Educação Infantil (UMEIS) – e as creches conveniadas.

2.3. A QUESTÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O trabalho com as relações étnico raciais na educação infantil compactua com a proposta de construção de uma sociedade onde as desigualdades entre brancos e negros sejam superadas e que a discriminação e o racismo não façam parte do cenário.

Segundo CAVALLEIRO (2003, p. 37):

O entendimento da problemática étnica no cotidiano da educação infantil é condição sine qua non para se pensar um projeto novo de educação que possibilite o desenvolvimento e a inserção social dos futuros cidadãos da nação brasileira, desenvolvendo neles um pensamento menos comprometidos com a visão dicotômica de inferioridade/ superioridade dos grupos étnicos. A possibilidade das crianças receberem uma educação de fato igualitária desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar aprendizagem proporcionado pelo professor e tornam-se vítimas indefesas dos preconceitos e dos estereótipos transmitidos pelos mediadores sociais, dentre os quais o professor. Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnica, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de um sujeito menos preconceituoso nas novas gerações (...).

Acredito ser na educação infantil a etapa da vida da criança o momento ideal para a inserção e a discussão a cerca da cultura e contribuição afro brasileira para o Brasil e o trabalho contra o racismo e a discriminação.

A prática pedagógica desenvolvida pelo professor e professora da educação infantil e das escolas deve ter como norte o fim do silêncio da criança negra, a contribuição para o fortalecimento da sua autoestima e a busca pelo respeito à diversidade étnica e multicultural.

O trabalho pedagógico com as relações étnico raciais orientado através das Diretrizes Curriculares Nacionais Para As Relações Étnico Raciais (BRASIL. MEC 2004).

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Defendo um trabalho com as reações étnico raciais na educação infantil que vise o fortalecimento do direito e a afirmação da identidade:

O desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; - o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; - o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; - o combate à privação e violação de direitos; - a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; - as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os níveis.” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS (BRASIL, MEC 2004).

Orientando a discussão acerca de uma proposta político pedagógica que oportunize a criança pequena a valorização da diversidade destaca-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, Mec. 2009) instituída pela Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009, trazendo em seu texto:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. (...) Art. 8º VIII - a procriação pelas crianças das contribuições

histórico-culturais dos povos indígenas, afro descendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação (...).

O caminho percorrido pela educação infantil no Brasil foi traçado pela garantia defendido por lei e a crescente preocupação pela qualidade de atendimento.

3. Considerações sobre a metodologia

A metodologia utilizada para a realização do plano de ação foi a investigação qualitativa.

Entende-se a investigação qualitativa como sendo uma abordagem metodológica que se caracteriza pelo registro e compressão do sujeito em seu espaço natural.

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados qualitativos, o que significa ricos em por menores descritivos relativamente às pessoas, locais e conversas. (BOGDAN; BIKLEN, p16, 1994)

Segundo BOGDAN; BIKLEN (1994) a investigação qualitativa possui cinco características fundamentais:

- Na investigação qualitativa a fonte direta para o recolhimento dos dados é ambiente natural.
- O investigador passa e frequenta o local a ser pesquisado, pois a sua preocupação é o contexto.
- Os dados recolhidos são abordados pela descrição de imagens e não com o uso de números.
- Os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo e não se prendem ao resultado.
- A análise de dado acontece de forma indutiva,
- A presença do significado é fundamental para abordagem qualitativa.

Estruturou-se baseado na investigação qualitativa uma ação no ambiente escolar da Escola Municipal Monteiro Lobato, buscando analisar no contexto natural das crianças, as suas relações com as questões raciais. PLANO DE AÇÃO

4. O plano de ação

O presente plano de ação visou desenvolver um trabalho junto as criança de 5 anos da turma ¹Chapeuzinho Vermelho da Escola Municipal Monteiro Lobato. Tendo como temática central as relações étnico raciais Procurei, por meio da literatura infantil, abordar com as crianças elementos referentes à cultura afro brasileira. Foram trabalhadas as histórias “Chica da Silva - a rainha dos diamantes” e “O Rei Congo e Seu Congado”, da autora Débora Barbosa. Trabalhei também o livro Betina de Nilma Lino Gomes e “Menina Bonita do laço de Fita de Ana Maria Machado.

Com o trabalho realizado junto às crianças, as mesmas tiveram o contato com a história afro brasileira, conheceu personagens principais de livros diferentes dos habituais, já que os personagens centrais são negros. Percebeu que a história negra não se remete apenas a um passado de escravidão, mas que também é permeada por reis e rainhas e permitirá a criança negra se reconhecer como afro brasileiro.

As atividades desenvolvidas seguiram a programação conforme o quadro abaixo:

Confecção e envio da autorização e o recebimento das mesmas as famílias das crianças	2/04/2010 a 30/04/2010	Foi feito o Contato com as famílias sobre a realização do plano de ação
Apresentação da boneca que representa Chica da Silva. Apresentação do livro “Chica da Silva”	03/05/2010	Nesta atividade em roda as crianças foram instigadas sobre quem seria a personagem.
Apresentação e leitura do livro de Chica da Silva. Conversa em roda sobre as características da personagem. Reconto pelas crianças e registro da história.	05/05/2010 à 20/05/2010	Foi realizada a leitura da história destacando junto as criança a vida e o local onde vive a personagem principal
Atividade de culinária Canjica, comida africana que aparece no livro de	25/05/2010 à 30/05	Nesta atividade as crianças recontaram a parte da história que cita a canjica. Fizeram

¹ A denominação turma do Chapeuzinho Vermelho surgiu a partir do desejo da turma por literatura . Por meio de votação as crianças juntamente com a professora fizeram uma votação com todas as histórias preferidas pelas crianças. Sendo vencedora a história Chapeuzinho Vermelho.

Chica da Silva.		uma lista de ingredientes. No refeitório será preparado a canjica e as crianças provaram este prato característico da culinária mineira, mas de origem africana.
Trabalho com livro O rei congo e seu congado. Apresentação do boneco que representa Chico rei. Leitura do livro Confecção do boneco de Chico Rei com Massinha	01/06 a 15/06	Questionamento com as crianças do tom de pele do boneco Aspectos da história.
Conversa sobre a escravidão, e o dia da Consciência Negra.	17/06 à 20/06	Na p 11 do livro do rei Congo é abordada a questão do passado escravo dos negros no Brasil. Nesta atividade foi discutido com as crianças aspectos da escravidão, A vida de Zumbi e o dia da Consciência Negra, e sobre a discriminação e o racismo.
Confecção da Boneca Betina	20/06 à 30/06	As crianças confeccionaram uma boneca com tranças.
Apresentação e leitura da obra Menina Bonita dói laço de Fita da Ana Maria Machado	01/07 à 14/07	Nesta atividade foi abordado com as crianças o gosto e o pertencimento por ser afro descendente.

4.1 A ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

A Escola Municipal Monteiro Lobato está situada a rua Santa Apolônia, 120, bairro São Marcos. A escola estava fechada por dois anos e foi reaberta depois de adequações no seu espaço físico.

Segundo o Projeto Político pedagógico da escola Municipal Monteiro Lobato (2007, p.3).

Foi criada pelo Decreto Municipal nº. 2.899/76, Autorização: Portaria nº. 176/77 da Secretaria de Estado da Educação (Escola Municipal Presidente Humberto Castelo Branco). Após o fechamento e reforma do prédio por dois anos, recebeu a nova denominação pela lei nº. 8.975/04, com publicação no Diário Oficial do Município de 29/11/2004, inaugurada em 12/03/05 como a 1ª Escola de Infância de Tempo Integral do Município.

A Escola Municipal Monteiro Lobato é a primeira escola de infância de tempo integral da rede pública de Belo Horizonte.

Na escola são atendidas 280 crianças de faixa etária de 03 a 09 anos em tempo integral, que permanecem na escola de 7:00 h as 17:30 h. As crianças atendidas são oriundas do bairro São Marcos, Dom Joaquim e Fernão Dias, sendo que estas, 70% são de vulnerabilidade social e 30% para sorteio.

Atualmente a escola possui seis turmas de educação infantil e 6 de primeiro ciclo. A educação infantil é composta por 20 educadoras e o primeiro ciclo por 22 professoras. São 16 funcionários responsáveis pelos serviços de limpeza e alimentação das crianças. Uma secretária, uma auxiliar de secretária, uma auxiliar de biblioteca e 2 porteiros.

Com relação ao espaço físico da escola, segundo Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato, 2008 p.06.

“A Escola Municipal Monteiro Lobato utiliza-se das instalações da antiga Escola Municipal Humberto Castelo Branco, inaugurada em 1976. O modelo da escola é denominado “SUDECAP Calhetão”, em função das telhas que foram utilizadas na sua cobertura e que era o modelo de construção padrão em meados dos anos 70. O

2

Critérios de matrícula:

1 – Alunos irmãos de contemplados na vulnerabilidade social para 2006 que não foram atendidos.

2- Critérios de matrícula:

1 – Alunos irmãos de contemplados na vulnerabilidade social que não foram atendidos.

2 – Caráter prioritário: crianças com deficiência, não ultrapassando 16% por turma.

3 – Caráter prioritário: crianças sob medida de proteção.

4 – Restante das vagas:

4.1 – 70% vulnerabilidade social determinada pelo NIR (Núcleo Intersetorial Regional).

4.2 – 10% sorteio entre os que moram num raio de 1 km da escola, no município de BH.

4.3 – 20% sorteio público para todas as crianças não contempladas nos critérios acima

terreno onde se localiza a escola é retangular, com uma área total de 8.000 m², mas o relevo é irregular, com variações no terreno. (...) A área total construída é de 1.655,52 m², distribuída em quatro blocos. O bloco 01 apresenta as dependências administrativas da escola: diretoria (14 m²), coordenação (13 m²), secretaria (24 m²), sala dos professores (33 m²), dois banheiros (masculino e feminino) para os professores e funcionários (11 m² cada um), biblioteca (20 m²), refeitório (114 m²), cozinha (50 m²), sala dos funcionários da cozinha (2 m²) e os depósitos de alimentos (20 m²).” (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato, 2008.p.10).

A Escola Municipal Monteiro Lobato possui um espaço físico amplo que favorece as crianças um maior espaço de exploração e aos professores inúmeras oportunidades que podem favorecer a prática pedagógica

O currículo escolar é orientado por uma concepção de infância que é compreendida como um tempo de vivência, não como um período preparatório. Assim a criança é vista como um ser de direito e que deve ser cuidada e educada.

Os profissionais que atuam na escola têm o seu tempo escolar pensado para atender as características de uma escola em tempo integral. Na educação infantil 5 profissionais têm a sua jornada de trabalho estendida a fim de permitir uma atuação mais ampla junto às crianças.

Os profissionais que passam pelas turmas ao longo do dia, são pensados dentro da proposta de trabalho a fim de permitir que cada sala tenha mais referencia a fim de diminuir a rotatividade das

O trabalho pedagógico se desenvolve por projeto ou temas. As atividades do currículo compreendem a alfabetização, a matemática, a artes, a literatura, a música, a brincadeira, a educação ambiental, as relações étnico raciais e natureza e sociedade.

A Escola Municipal Monteiro Lobato desenvolve desde a sua criação um trabalho com as relações étnico raciais, tendo assim uma professora específica para o trabalho com as crianças. Desde o ano de 2009, o trabalho com relações étnico raciais é realizado pela professora Márcia Cristina, graduada em história.

No desenvolvimento de seu trabalho, Márcia busca, de forma multidisciplinar, proporcionar o dialogo com todos os professores. Suas ações se norteiam pela realização de um trabalho com as relações étnico raciais que visa a necessidade da superação da discriminação e o racismo e o reconhecimento dos alunos da cultura afro brasileira.

4.2 O PLANO DE AÇÃO EM PRÁTICA

As atividades junto às crianças da turma do Chapeuzinho Vermelho, iniciaram no mês de abril de 2010..

Inicialmente foram enviadas as famílias das crianças uma solicitação para a autorização para que as mesmas participassem do projeto e o uso da imagem através de foto e outros..

Esse processo de envio e recebimento das autorizações levou um tempo de 15 dias.

Com as autorizações organizadas, o próximo passo foi o contato com a turma, explicando a eles sobre o plano de ação e o trabalho com os livros. O primeiro livro conta a história de Chica da Silva. Ela ocorreu na segunda metade do século XVIII no arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Naquela época o Arraial de Tijuco se destacava pela prosperidade do ouro. O maior contratador da cidade era João Fernandes, que alforriou Chica da Silva de seu dono. Apaixonou-se por Chica e a ela foi ofertado muitos diamantes. Para Chica foi construído um mar para que pudesse passear de barco. Com João Fernandes, Chica teve vários filhos. Sendo assim feita a rainha negra de Minas Gerais.

Inicialmente, com a turma em roda foi apresentada a boneca que representava Chica da Silva. As crianças se interessaram pela boneca, observando as roupas, o cabelo, mas o tom de pele da boneca os deixou inquietos.

Logo após o contato com a boneca, foi feita a leitura da história. Durante a leitura as crianças permaneciam atentas e faziam comentários umas com as outras. Durante a leitura do livro, as crianças se identificaram com a presença da capoeira e a culinária. Segundo “uma das crianças da turma do chapeuzinho vermelho” “nossa, lá tinha capoeira, que nem aqui na escola.”

Terminada a leitura questionei as crianças sobre o livro e se haviam gostado. As mesmas disseram que sim, que haviam gostado. Relataram também que achavam as roupas e as casas daquele tempo muito bonitas.

O segundo momento da leitura do livro de Chica da Silva era a livre leitura e o contato com as crianças com o livro. Nessa etapa as crianças apontavam as cenas e repetiam o que eu havia lido.



Fig.1 As crianças com o livro de Chica da Silva,



Fig.2 As crianças brincando com a boneca e lendo o livro Chica da Silva.

Foi realizado pelas crianças o reconto com desenho da história de Chica da Silva. No reconto as crianças se preocupavam em utilizar bastantes detalhes, no intuito de enfeitar Chica da Silva. Já que a mesma adorava esta arrumada, segundo afirmado na história.

No livro da história de Chica da Silva, há uma passagem da narrativa que diz:” Um dia, precisou ir a venda comprar canelas e cravos para fazer canjica.” Essa passagem do texto chamou a atenção das crianças. “Segundo “uma das crianças da turma do Chapeuzinho Vermelho” Canjica, aqui também tem canjica”. Com o interesse da criança, foi realizado com as mesmas uma lista de ingredientes para o preparo do prato. No refeitório da escola, foi preparado pelas cantineiras esse prato, as crianças comeram e adoraram. A canjica que é muito característico da culinária mineira, mas também tem origem africana.



Fig.3 As crianças da turma do Chapeuzinho Vermelho saboreiam a canjica preparada na cozinha da escola.

Durante este momento as crianças estavam bem alegres, pois após a escrita da receita esta era a atividade de saborear o prato preparado pelas cantineiras da escola.



Fig.4 As crianças sendo servidas no refeitório da escola.

No mês de junho, foi iniciado o trabalho com o livro O Rei Congo e seu congado.

O livro retrata a história oral acontecida em Minas gerais de um homem que era rei no Congo, África e que foi batizado de Galanga. O seu país teria sido invadido por portugueses e durante o trajeto no navio negreiro teria perdido a família, restando apenas um filho. Eles foram trazidos para o Brasil para ser escravo. Trabalhando na mina de ouro, Chico Rei conseguiu

comprar a sua alforria. Com a riqueza ele conseguiu salvar seu filho e todos os seus conhecidos. Em Ouro Preto construiu uma igreja só para negros: A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Inicialmente foi apresentado para as crianças o boneco que representava Chico Rei. As crianças brincaram com o boneco e faziam comentários com relação ao tom de pele do boneco. Logo em seguida foi realizada a leitura da história, com as crianças em roda. A turma permanecia inquieta durante a leitura. Pois estavam com um grande desejo de poder brincar novamente com o boneco de Galanga.

A turma realizou com massinha, o boneco que representava Chico Rei, Durante essa atividade as crianças estavam atentas a questão do tom de pele de Chico Rei, utilizando massinha preta ou marrom.

Durante as atividades as crianças demonstravam todo o cuidado em representar Chico Rei com a massinha. Em todo o instante uma das crianças da turma de Chapeuzinho Vermelho retornava ao livro para ver novamente o personagem. Nas mesas das salas as crianças davam sugestão uma as outras, sobre as características do personagem. .

O próximo livro que foi trabalho com a turma da Chapeuzinho Vermelho foi Betina, de Nilma Lino. O livro retrata a história de Betina, menina negra, que tinha os cabelos crespos e trançados por sua avó. Durante a história Betina demonstra o desejo de aprender a trançar os cabelos das pessoas. A avó já idosa a ensina a trançar os cabelos, mas após ensiná-la, com o passar do tempo chega a falecer. Betina cresceu e abriu um salão, referência para o trabalho com os cabelos afro na cidade de Belo Horizonte.

O trabalho com o livro Betina, iniciou-se com a leitura do livro para as crianças. Durante a leitura, as questões relacionadas ao tom de pele, o cabelo da personagem e o gosto da aceitação de Betina pelo seu cabelo, era acentuado junto as crianças. Em seguida as crianças tiveram o contato com o livro e fizeram o reconto em voz alta da história.

O terceiro momento foi a confecção do rosto de Betina pelas crianças. Inicialmente pegamos um prato de festa infantil e este foi coberto com pano preto. Em seguida pegamos duas fitas do mesmo pano e trançamos e colamos em cada lado do prato simbolizando as tranças de Betina. Logo após as crianças amarraram fita vermelha nas tranças, colaram os olhos e fizeram a boca com cola colorida. Atrás do rosto de Betina colamos ímã de geladeira, para que as crianças colassem, em uma superfície metálica da sua casa.



Fig. 5. Crianças com o livro Betina

As crianças adoraram essa atividade se mostraram muito participativas. Com o rosto de Betina em mãos as crianças repetiam passagens do livro.



Fig.6 Resultado das montagem do rosto de betina pelos alunos da Turma de chapeuzinho vermelho.

O ultimo livro trabalhado no plano de ação, foi Menina Bonita do Laço de Fita. As crianças da turma do Chapeuzinho Vermelho já conheciam a história. Quando apresentei à turma o livro, as crianças foram logo dizendo que conheciam a história e que gostavam muito dela. Pois contava a história de uma menina negra linda e que tinha o cabelo igual ao da Betina. Durante a leitura da obra as crianças participavam animadas e antecipavam a próxima passagem do livro. Após a leitura as crianças fizeram o reconto com desenho.

4.3 Discutindo o plano de ação

O trabalho com os livros *Chica da Silva* e *O Rei Congo e seu Congado*, *Betina e Menina Bonita do laço de fita*, permitiu colocar as crianças da turma do *Chapeuzinho Vermelho* em contato com a cultura afro brasileira, demonstrando a existência de um passado de escravidão, mas também recontada com elementos que valorize a cultura afro brasileira e a discussão acerca da discriminação e o racismo.

Durante todo o desenvolvimento do plano de ação a intenção principal era demonstrar às crianças as questões relacionadas às diferenças, o tom de pele das pessoas, aspectos relativos ao cabelo, a história negra e a discriminação.

Na atividade onde as crianças conheceram os bonecos que simbolizam *Chica e Chico Rei*, todas as crianças da sala se aproximaram das bonecas e se familiarizaram com as mesmas. Nesse momento chamei a atenção das crianças para o tom de pele dos bonecos. Disse a eles que eram bonecos negros. E que na escola havia crianças que possuíam este tom de pele.

Em seguida várias crianças disseram que eram negras, ou que na família eles conheciam alguém assim. Segundo uma criança da turma do *Chapeuzinho Vermelho*, conversando com outra criança: “Nossa como ela é .È negra como eu”. Essa fala nos remete que a criança sendo negra se auto reconhece e se define como negra. Ela não se sente inferiorizada de ser afro descendente e exalta que a boneca, personagem principal da história é negra como ela.

Ao longo da história do negro no Brasil se considerar negro era algo minoritário e se enquadrava em uma população dita inferior e desfavorável. Segundo esta fala da criança nos remete a conscientização da mesma se define e se afirma como negro.

As mil formas de fazer o negro odiar a sua própria cor são vinculadas diuturna, cotidianamente e habitualmente dissimuladas. Um texto sobre a auto-rejeição a cor negra aparece de forma explícita e parece concentrar todos os estereótipos identificados, pela força da mensagem de desamor e vergonha à cor que encerra, simbolizando o ideal da ideologia, a morte da diferença. (SILVA, 2003 p.52)

Trabalhar pelo fim da discriminação e desvalorização do negro é papel da escola e de todos os professores. Inicialmente a partir da família e da educação

infantil. Assim no cotidiano da escola a criança pequena deve aprender a respeitar a diferença e se auto afirmar pertencente de descendência afro brasileira. Mas a afirmação de uma identidade negra inicia-se apenas com a valorização da cultura negra. A criança deve conviver com a história negra que retrate a contribuição da cultura negra na formação do Brasil.

Na última página, do Livro de Chica da Silva, há o desenho dos 13 filhos que Chica teve com João Fernandes. Ao verem a imagem, uma criança da turma do Chapeuzinho Vermelho disse “ nossa tem filho de toda a cor”. Neste momento discuti com a turma a questão dos diferentes tom de pele do povo Brasileiro. E nem por isso havia a supremacia do branco sobre o negro ou do moreno sobre o negro. Abordei com as crianças que as diferenças devem ser aceitas e não devemos discriminar as pessoas devido as suas diferenças.

O trabalho com os livros retrata e conta a história do povo africano, trazido a força para o Brasil. Forçados a trabalhar para produzir riquezas e que tinham suas manifestações largadas a margem, Essas passagens do passado sofrido do povo africano no Brasil, deve ser contada e recontada as crianças, permitindo assim uma reflexão sobre o passado e a condição atual do negro no Brasil. Enquanto contava a passagem do livro O Rei Congo, uma criança da turma do Chapeuzinho Vermelho disse “ ser escravo é muito ruim”. Esta afirmação retrata como o trabalho escravo remete uma criança pequena a uma situação de sofrimento.

Ao final da leitura do livro O Rei Congo e seu Congado, relatei as crianças sobre o fim da escravidão. Citando a lei Áurea, a luta de Zumbi. Expliquei as crianças o por que do dia consciência negra e o que esse dia representava na história do Brasil e do povo afro descendente. As crianças durante esse relato permaneceram caladas, algumas ficavam com uma expressão triste.

Segundo SILVA (2003, p.52):

Reconhecer o passado histórico e a cultura dos diversos povos é um passo importante para o acolhimento da diferença, no sentido de permitir uma participação ativa desses povos nos bens econômicos e de prestígio, na nação onde estão situados

No livro Betina e A Menina Bonita do Laço de Fita, o objetivo do trabalho era colocar as crianças em contato com uma valorização estética e de aceitação da

descendência afro Brasileira.



Fig.7 Capa do livro Betina

Em uma passagem do livro Betina “ sorria para ela uma menina negra, com dois olhos grandes e pretos como jabuticabas, um rosto redondo e bochechas salientes, cheia e trancinhas com bolinhas coloridas nas pontas” Betina era uma linda menina negra que tinha os cabelos pretos, que eram cuidados pela avó e que se aceitava negra e com os cabelos negros..

Durante a leitura do livro, segundo uma criança da turma da Chapeuzinho Vermelho“ aqui na escola tem uma menina que tem o cabelo que nem a Betina é a Ester da sala 04” Ester realmente tem o cabelo crespo e usa trancinhas afro em seus penteados. Na escola Municipal Monteiro Lobato, temos várias crianças que possuem esse tipo de penteado.

Essa história permitiu abordar com as crianças que não existe cabelo bom e/ou cabelo ruim. E acentuar que o tipo de Cabelo que a pessoa tem não a faz melhor nem pior que uma outra pessoa.

Durante a confecção do rosto de Betina as crianças estavam atentas a trança que Betina tinha no cabelo. Disse as crianças que naquele dia iríamos trançar apenas duas. Mas que posteriormente poderiam encher Betina de tranças

. A escola deve proporcionar a discussão e a aceitação, por parte da criança do seu cabelo e/ou tom de pele. Vivendo em uma sociedade que desvaloriza o negro, a criança negra e a mulher negra não se aceita.

Segundo SILVA (2003, p.38):

È natural a rejeição a algo considerado ruim. A rejeição aos cabelos crespos por muitas crianças e adultos negros é resultado da atribuição ruim que lhe é imposta pelo estereótipo. Os cabelos negros das crianças são identificados como “ruim” primeiros pelas mães, que aprenderam a ver os cabelos lisos e ondulados representados como bons e depois pela própria criança, que na escola sofre com os coleguinhas que põem mais variados apelidos no seus cabelos crespos(...).

No conjunto dos livros Chica da Silva, O Rei congo e Betina os personagens eram negros e demonstravam um papel de destaque e de riqueza frente a sociedade em que viviam. Durante a leitura dos livros, especialmente em Betina acentuei junto às crianças que a personagem, apesar do início de vida difícil, apresenta uma ascensão social na época e sociedade onde vive.

Em Betina a criança que aprendeu a trançar se torna uma mulher que trança os cabelos de todos e passa a ter um salão muito bonito e conhecido em Belo Horizonte. È demonstrado a criança pequena que o negro ocupa lugares de ascensão social e o mesmo, apesar de tentar ser velado, tem destaque na sociedade.

A criança vivendo em uma sociedade que apenas demonstra branco em lugar de destaque, inferioriza o negro e demonstra a criança pequena negra, que durante a sua vida não há possibilidade de uma ascensão. Colocar o negro em um lugar de destaque é colaborar com a sua afirmação.

Segundo SILVA (2004, p.40)

“O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros tem papéis e funções diversificadas e que esse é o seu lugar na sociedade.

Escola e educadores devem estar sempre atentos em discutir em salas as questões das diferenças e das relações étnico raciais, pois essa reflexão da prática permite a não perpetuação de uma prática pedagógica que desvaloriza e diminui o papel do negro na sociedade brasileira

4.4 Considerações finais

Como coordenadora pedagógica de uma escola que expressa em seu Projeto Político Pedagógico o trabalho com as relações étnico raciais na infância e como professora atuante na educação infantil, acredito ser esta uma etapa da vida da pessoa crucial para aprendermos valores que serão inerentes á vida inteira de cada um de nós

Sobre esse olhar e aluna do laseb trouxe como discussão no trabalho final de curso o trabalho com as relações étnico raciais

O negro em nosso país não tem o seu reconhecimento na construção social e cultural deste país. A imagem repassada sobre o negro vem carregada de estereótipos e o mesmo é sempre colocado em papéis menos favorecidos.

Com esse enfoque foi proposto um trabalho através da literatura que demonstrasse as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato, que a pessoa negra também é e pode ser rei e/ou rainhas.

Reis e rainhas um encontro com as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato é o resgate inicial da história do negro africano, perpassando pela história da educação infantil em nosso país, abordando também o trabalho pedagógico com as relações étnico raciais na educação infantil, uma introdução a metodologia utilizada e tendo como culminância a realização do plano de ação.

O plano de ação se realizou com o trabalho com os livros Chica da Silva, O Rei Congo e seu Congado, Betina e menina Bonita do Laço de fita. Foi através desses livros e do trabalho com as crianças que as mesmas perceberam e aprenderam sobre o legado cultural africano no Brasil e a existência de reis e rainhas negras, Foi através da literatura que as crianças perceberam as diferenças e acima de tudo respeitá-las.

Rei e rainhas, o encontro com as crianças da Escola Municipal Monteiro Lobato são aos primeiros passos para a formação de pessoas que sabem e reconhecem a história do negro em nosso país e que estão percorrendo um longo caminho de respeito as diferenças e de combate a discriminação e o racismo.

8.0 Referencias bibliográficas.

1. BARBOSA, Débora. Chica da Silva. A rainha dos diamantes. Belo Horizonte: Literato, 2009.
2. Barbosa, Débora, O rei Congo. Belo Horizonte: Literato, 2009.
3. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasília, 1988: Senado Federal.
4. Brasil. Ministério da Educação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Negra Afro-Brasileira Africana. Brasília: 2003
5. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação. Brasília: MEC,2005. 77p
6. Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Ministério da Educação. Brasília 1996.
7. BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: 2004.
8. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CEB Nº:41/2006. Brasília, 2006. 5 p.
9. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 . Brasília: 2006. 5 pen, Sari. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.
10. CARDOSO, Marcos Antônio. O Movimento negro em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002
11. Cavalleiro, Eliana. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. – 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

12. Chiavenato, Julio José. O Negro no Brasil: da Senzala a Abolição. São Paulo: Moderna,1999.
13. Garcia, Regina Leite; LEITE Filho, Arísteo. Em defesa da Educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
14. FRANÇA, Jùnia Lessa. Manual para normatização de publicações técnico científicas. Jùnia Lessa França. Ana Cristina de Vasconcelos. Colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella ramos Borges – 8 ed. Belo Horizonte: UFMG,2007.
15. Gomes, Nilma Lino. Betina. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. 24p.
16. Oliveira, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2003.
17. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Proposições Curriculares Municipal de Educação Infantil e Creches Conveniadas com a PBH. Secretaria Municipal de Educação: Belo Horizonte. 2009
18. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Diário Oficial do Municipal. 11 de novembro de 2003
19. Silva, Ana Célia Descobrimdo a discriminação do negro o livro didático.-1ed.Salvador: EDUFBA,2001.

4.6 Anexos

ANEXO A Resolução Nº. 5

APÊNDICE B Autorização para uso da Imagem das crianças da turma do Chapeuzinho Vermelho

APÊNDICE C Amostra de reconto realizado pelas crianças do desenho Chica da Silva.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RESOLUÇÃO Nº. 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)

Fixa as Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Educação Infantil

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a

5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. § 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

(*) Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, lingüística e religiosa.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, lingüística, ética, estética e sociocultural da criança;

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V - o reconhecimento das especificidades étnicas, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação;

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação

Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Art. 12. Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 13. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- as disposições em contrário, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 1/99.

CESAR CALLEGARI

Apêndice B



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Pós Graduação em Docência na Educação Básica

Belo Horizonte, 12 de março de 2010

Senhores pais

Solicitamos sua autorização para a participação de seu(s) filho(s) em projeto desenvolvido, nesta escola, pelo(a) professor(a):

Janessa e Marli

como trabalho exigido por seu curso de Pós-graduação na Faculdade de Educação da UFMG, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação.

Esclarecemos que este trabalho será orientado por professores da UFMG e que seu objetivo é o desenvolvimento de propostas pedagógicas que possam enriquecer a aprendizagem dos alunos e o ensino dos professores.

Solicitamos também sua autorização para que as atividades escolares que envolverão seu(s) filho(s) possam ser fotografadas ou filmadas, para uso exclusivo nos relatos dos professores.

Atenciosamente,

Profa. Maria das Graças de Castro Bregunci
Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Básica, UFMG

De acordo: (assinatura/carimbo da escola) -

Beladeiana

ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOPATO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2359/76 - AUTOR. PORTARIA Nº 175/77 DA SEE
NOVA DENOMINAÇÃO LEI Nº 3075/04 - PUBLICAÇÃO NO DOM 29/11/2004
RUA SANTA APOLÔNIA, 120 - SÃO MARCOS - CEP: 31920-360 - BH - MG
TELEFONES: 3277-5656 E 3277-5615

Assinatura dos pais ou responsáveis:

Nome(s) dos(as) filhos(as) Guilbert Vitor Reduzino Silva

Faculdade de Educação da UFMG

Av. Antônio Carlos, 8627 - Sala 1669 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - Cep: 31 270-901 - Fone: (031) 3409-6369
Fax: (031) 3409-5311 - laseb@fae.ufmg.br / www.fae.ufmg.br/laseb

